

O Banco de Dados Mundial Sobre Fortificações: possibilidades de educação patrimonial a partir de um acervo digital

Pedro Mülbersted Pereira* e Elison Antonio Paim**

Palavras-chave:
Educação Patrimonial
Fortificações
Fontes

Resumo: O presente artigo dialoga com as possibilidades do trabalho com fontes em Educação Patrimonial a partir do acervo digital do Banco de Dados Mundial Sobre Fortificações, ação desenvolvida pelo Projeto Fortalezas Multimídia, programa de extensão da Universidade Federal de Santa Catarina. Apresentamos o banco de dados e a sua relação com o processo de patrimonialização das fortalezas catarinenses; as potencialidades apresentadas na proposta do banco de dados de democratização do acesso à informação, do atendimento a públicos diversos e da construção do conhecimento a partir do caráter colaborativo do site. Adotamos como referencial teórico as considerações sobre cultura, patrimônio e História de Walter Benjamin, a concepção de documento-monumento de Jacques Le Goff, e a relação entre memória e poder de Mario Chagas.

Keywords:
Heritage Education
Fortifications
Sources

Abstract: This paper discusses the possibilities of working with sources in Heritage Education from the digital collection of the World Database About Fortifications, website database developed by Projeto Fortalezas Multimidia, outreach program of the Universidade Federal de Santa Catarina. We present the database and its relation with the making of heritages process of Santa Catarina fortresses; the potential in the proposal of democratization of database access to information, assistance to a variety of public and the construction knowledge from the collaborative nature of the site. We adopted the theoretical perspectives of Walter Benjamin, Jacques Le Goff, and Mario Chagas.

Recebido em 31 de outubro de 2015. Aprovado em 15 de dezembro de 2015.

O Banco de Dados Mundial Sobre Fortificações

O Banco de Dados Mundial Sobre Fortificações é uma das ações desenvolvidas pelo Projeto Fortalezas Multimídia, programa de extensão da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O programa é “voltado para o estudo, a preservação e a valorização das fortificações históricas e que para isso desenvolve atividades de pesquisa, documentação e divulgação desse patrimônio dentro e fora do Brasil”. Além disso, é focado na “sistematização e difusão em meio digital de conteúdos sobre as fortificações”. (TONERA, 2009, p. 1)

De acordo com Roberto Toner, arquiteto do Projeto Fortalezas Multimídia, o Banco de Dados

Mundial Sobre Fortificações surgiu da necessidade de “uma base de dados mundial unificada”, que permitisse tanto “a busca de informações relacionadas a essas construções individualmente” quanto “o estudo comparativo entre elas, e o intercâmbio de informações entre instituições de preservação, entidades mantenedoras e entre estudiosos e especialistas” (TONERA, 2007, p. 1). Toner relaciona, ainda, a criação do Banco de Dados ao processo de patrimonialização das fortalezas catarinenses, assim:

Após o enorme e difícil passo inicial da restauração das fortalezas, fazia-se necessário compilar, organizar e tornar acessível ao público e aos especialistas um verdadeiro universo de conhecimento que se mantinha adormecido atrás daquelas muralhas centenárias. Tinha-se claro que a preservação do patrimônio cultural deve

* Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2013). Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Email: pedro.mulbersted@gmail.com

** Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Catarina. Professor Permanente do Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória – UFSC). Professor de Estágios no curso de História. Membro dos grupos de Pesquisa Pameduc (UFSC), Rastros (USF) e Kairós (Unicamp). Email: elison0406@gmail.com

ser realizada para usufruto da sociedade, que para isso necessita conhecê-lo e apreciá-lo. (TONERA, 2010, p. 1)

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é hoje a instituição gestora e mantenedora das fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim, Santo Antônio de Ratonés e São José da Ponta Grossa, fortificações que integravam o sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina,¹ no litoral catarinense, uma “iniciativa pioneira e singular no Brasil”, nas palavras de Toner (2005, p. 5). Em 1979, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) assumiu a tutoria da Fortaleza de Anhatomirim, a partir da assinatura do Convênio entre essa universidade, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e a Marinha do Brasil.

Nesse Convênio, estipulou-se como um dos objetivos da universidade e do Iphan “preservar os monumentos históricos existentes na ilha, recuperando-os e mantendo-os com recursos do IPHAN; e permitir o desembarque de turistas na ilha, observando as normas da UFSC e disciplinando a visitação”.² O Convênio justifica a cessão da fortaleza à universidade com a consideração que o Comando do 5º Distrito Naval tinha o “interesse em que o Patrimônio da União fosse preservado”, porém, não havia recursos alocados ao Comando para “explorar o valor histórico da Fortaleza, no sentido de proporcionar benefícios ao público em geral” e, por isso mesmo, “o uso da Ilha tem se limitado à instalação e manutenção de um farol”. Assim, a UFSC, na pessoa do então reitor Caspar Erich Stemmer, “propõe utilizar a ilha de Anhatomirim, como seu acervo histórico, para fins didáticos e de turismo educativo”.³ O Convênio também previa outras propostas de uso, como a instalação de “bases de pesquisa oceanográfica, de ecologia marinha” e “pesquisas vinculadas aos programas de pós-graduação em Ciências Sociais e História e ao Museu Universitário ou outros que venham a ser aprovados”.⁴

Posteriormente, com o Convênio nº 760/002/90 entre a Marinha do Brasil e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) estabeleceu-se que as atividades pela universidade seriam a “restauração e preservação da Fortaleza de Santa Cruz”, a “divulgação e valorização do acervo histórico através de prática didático-educativa”, a “localização de base de pesquisas oceanográficas e de

ecologia marinha” e “outras atividades de caráter científico que venham a ser aprovadas pelos convenientes”.⁵

Roberto Toner (2010, p. 1) avalia que “os resultados alcançados até o momento” pelo Projeto Fortalezas Multimídia “vêm possibilitando a democratização do acesso ao conhecimento sistematizado” sobre esse patrimônio mantido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), “contribuindo para a otimização do potencial educacional, cultural e turístico desses monumentos, e, conseqüentemente, atuando em prol da sua preservação”. O mesmo relaciona a sistematização digital do conhecimento sobre as fortificações à conservação e restauração desses monumentos:

Entendemos que de forma paralela aos imprescindíveis investimentos em conservação e restauração das fortificações, faz-se necessária a ampliação e incentivo aos projetos de sistematização digital do conhecimento sobre esses monumentos. Sistematização que resulte em ações de documentação, inventário e divulgação, e que servirão como ferramentas de gestão do patrimônio e de embasamento técnico para as próprias obras de conservação e restauração. Por intermédio da difusão de conhecimento sobre essas fortificações – e conseqüente valorização desses monumentos – é que conseguiremos avançar no caminho da integral apropriação desse patrimônio pela sociedade e, conseqüentemente, no caminho da sua efetiva preservação (TONERA, 2007, p. 4).

A relação entre preservação do Patrimônio e Educação é salientada também por Júnia Sales Pereira e Ricardo Oriá (2012, p. 163), que afirmam que “a política de Patrimônio Histórico esteve sempre atrelada à ideia de que a preservação dos bens culturais estivesse associada ao processo educativo das novas gerações”. Reportam-se a Rodrigo Melo Franco de Andrade, para quem a educação popular era o “meio eficaz de assegurar a defesa do patrimônio histórico e artístico nacional”; entretanto, reconhecem que “na prática, isso nem sempre aconteceu, sobretudo em um país como o nosso em que as políticas culturais e educacionais sofrem de solução de continuidade” (PEREIRA; ORÍ, 2012, p. 164).

A apropriação do patrimônio pela sociedade é uma das propostas da Educação Patrimonial: provocar em “crianças, jovens e adultos que frequentem ou não o ensino formal”, isto é, nos diversos setores da sociedade, “uma atitude favorável para com os bens culturais que

fazem parte do nosso Patrimônio Cultural Brasileiro” (GRUNBERG, 2007, p. 4). Podemos estabelecer, ainda, outra relação entre a proposta do banco de dados e as propostas de Educação Patrimonial a partir das expectativas de seus criadores quanto ao público frequentador do *site*:

O banco atenderá a públicos bastante diversos como estudantes e professores de vários níveis de escolaridade, entidades de preservação e entidades mantenedoras dos monumentos, especialistas em fortificações, profissionais de arquitetura, arqueologia, história, cultura e turismo, entre outras áreas, e público em geral, que podem utilizá-lo a partir de um cyber café, do computador da sua escola, da sua instituição, ou da sua residência (TONERA, 2010, p. 4).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) elencam como um dos objetivos gerais do Ensino Fundamental “conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro” e como objetivos gerais da História para o Ensino Fundamental “valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e como um elemento de fortalecimento da democracia” (BRASIL, 1997, p. 33).

Tonera afirma que as fortificações, enquanto patrimônio, precisam ser apropriadas pela sociedade (estudantes, professores, profissionais da área e o “público em geral”) e que é preciso conhecê-lo e apreciá-lo para usufruí-lo. Nesse sentido, ressaltamos a noção de patrimônio como uma construção, como o investimento simbólico de sentidos e significados em um bem cultural – como uma fortificação – e a evidência patrimonial como produção “ao mesmo tempo imaginária e instituição”, cujo cânon é constituído a partir de uma “formação complexa das inclusões e exclusões” (POULOT, 2009, p. 205).

A essas considerações somamos também as de Walter Benjamin (2012), para quem os bens culturais, na perspectiva da *História dos vencedores*, são os despojos carregados no cortejo triunfal dos dominadores. Nessa perspectiva, “nunca houve um documento da cultura que não fosse simultaneamente um documento da barbárie. E, assim como o próprio bem cultural não é isento de barbárie, tampouco o é o processo de transmissão em que foi passado adiante”. É oportuno trazermos, também, a concepção de transmissão (Überlieferung), conforme

a leitura de Benjamin por Jeanne Marie Gagnebin (2014, p. 213): “processo histórico concreto, material, de desistências, de perseverança, de lutas e de violência que transporta ou não, leva ou não, transmite ou não um acontecimento ou uma obra do passado até nosso presente”.

Nesse sentido, o conhecimento compartilhado sobre as fortificações no Banco de Dados Mundial Sobre Fortificações pode ser usado em favor da transmissão desses bens culturais, endossando a barbárie ou possibilitando a apropriação desses bens quanto à construção de diversificados conhecimentos, sentidos e significados. A funcionalidade do banco de dados permite essas possibilidades de uso?

A funcionalidade do banco de dados

O Banco de Dados Mundial Sobre Fortificações funciona como acervo digital à medida que disponibiliza conhecimentos acerca de fortificações do Brasil e de outras partes de mundo, bem como espaço digital multimídia para compartilhamento de saberes e experiências com esses bens culturais entre especialistas das áreas do conhecimento relacionadas (tais como História, Arquitetura, Museologia, Arquivologia, entre outras). É novamente oportuno trazermos as ponderações de Roberto Tonera (2010, p. 1) sobre o funcionamento do banco de dados para expor as possibilidades de uso dessa ferramenta:

O Website fortalezas.org disponibiliza de forma gratuita na Internet um banco de dados temático multilíngue (atualmente em português, espanhol e inglês) sobre fortificações históricas em todo o mundo (sejam construções existentes, simples ruínas ou mesmo fortificações já desaparecidas), com possibilidade de consulta, pesquisa e (o mais importante, que é seu diferencial) com possibilidade de alimentação de conteúdos de forma on line, ou seja, diretamente na Internet. Essa alimentação da base de dados, em forma de textos e diversas outras mídias, pode ser realizada em forma de contribuição livre, colaborativa, por qualquer instituição ou pesquisador interessado no tema, a partir de qualquer lugar que disponha de um simples acesso à Internet.

A alimentação de conteúdo ou a troca de informações e o compartilhamento de fontes foram esquematizados para se dar de maneira colaborativa:

Nosso objetivo principal foi criar e disponibilizar a ferramenta técnica que possibilita que os pesquisadores locais (de Montevideú, Maldonado, Colônia, outras partes do Uruguai ou qualquer outro país), que conhecem a fundo as fortificações das suas respectivas cidades e países, possam sistematizar e socializar os dados das suas pesquisas regionais, e utilizá-los para estudos comparativos com as demais fortificações de sua própria cidade, de seu país e de outras partes do mundo (TONERA, 2010, p. 2).

Assim, o público bastante diverso de estudantes, professores, pesquisadores, especialistas, técnicos e gestores vislumbrado por Tonerá podem ser não apenas consumidores, mas também produtores de conhecimento acerca de fortificações. O intuito é que esses sujeitos sejam autores de novos conteúdos, bem como contribuam para o aperfeiçoamento dos conteúdos já disponíveis no banco, possibilitando, assim, o “cruzamento de dados e edições” no *site* (TONERA, 2010). Esse intercâmbio caracteriza-se tanto pela maneira de inserir conteúdo no banco de dados como na maneira como estes são operacionalizados:

De forma diferenciada de outros websites sobre fortificações, este funciona como um banco de dados relacional, onde diversos campos com informações parametrizadas, ou seja, quesitos ou parâmetros pré-determinados, permitem estabelecer estudos comparativos entre as fortificações, por intermédio de pesquisas combinadas por tipologia, nome, localização geográfica, data de construção, projetista, nacionalidade original, uso, proteção legal, estado de conservação, técnicas construtivas ou ainda por qualquer palavra contida nos textos descritivos dessas fortificações, entre outros quesitos de pesquisa disponíveis. Podemos pesquisar por um único quesito ou por vários deles combinados (TONERA, 2010, p. 3).

A expectativa sobre o banco de dados é que este “permita ampliar exponencialmente a capacidade de inventário e registro de dados sobre as fortificações no Uruguai, no Brasil e em todo o mundo”, assim como “o registro e consulta das fontes bibliográficas relacionadas ao tema, além de possibilitar o intercâmbio de informações e ações comuns entre técnicos de preservação e instituições gestoras dos monumentos” (TONERA, 2010, p. 4).

Podemos afirmar que o Banco de Dados Mundial Sobre Fortificações é um acervo digital em construção,

em permanente expansão a partir da colaboração de pesquisadores e demais sujeitos com conteúdos relacionados às fortificações. Mas de que conteúdo se trata, exatamente?

O conteúdo do banco de dados é organizado em categorias: Fortificações, Bibliografias, Personagens, Glossário, Links, Textos, Linha do Tempo, Agenda. Em Fortificações, encontramos um texto descritivo sobre cada fortificação, com o seu histórico e uma série de mídias disponíveis, como imagens, mapas interativos, vídeos, panoramas fotográficos em 360 graus e desenhos técnicos de arquitetura no padrão CAD. As imagens constam de fotografias (fotos aéreas, das construções, de armamentos, de obras de intervenção), mapas e iconografias antigas.

Em Bibliografia, encontramos livros, artigos científicos, artigos de revistas e jornais, dissertações, teses e documentos cadastrados no *site*. Livros e artigos são listados, porém seu conteúdo só é disponibilizado quando o arquivo já se encontra no meio virtual. Em Personagens, encontramos notas sobre sujeitos históricos que possuem alguma relação e são considerados relevantes para a história das fortificações, tais como: José da Silva Paes, André Pinto Rebouças, Patrício Antônio Sepúlveda Everard, Francisco Frias da Mesquita, Cristóbal de Roda Antonelli, Filipe II de Espanha, entre outros.

Ao analisarmos o conteúdo do *site*, identificamos a influência de um paradigma historiográfico caracterizado pela “grande importância dada à política e aos *grandes homens*”, também por ser “uma história *vista de cima*, pretende-se, objetiva, utiliza principalmente fontes oficiais escritas, atém-se basicamente a uma narrativa dos acontecimentos e às atuações individuais dos *grandes homens*” (WOLFF, 2009, p. 55). Em outras palavras, uma História factualista, que identifica como personagens históricos os grandes homens, nos grandes eventos políticos e militares da vida brasileira no período colonial, imperial e republicano.

Identificamos essa mesma relação e influência na sessão Linha do Tempo, onde os acontecimentos políticos e militares consagrados pela historiografia são organizados em datas e locais, de acordo com os critérios de busca adotados.

Pinheiro (2010, p. 143) nos lembra de que “o olhar de *Clio* mudou e voltou-se para outras questões e problemas, para outros campos e temas”. Assim, as mudanças no campo do patrimônio e as diferentes perspectivas historiográficas abrem novas possibilidades de abordagem para essas fontes, esses dados, essas informações, a partir de novas questões, novas problemáticas, revisitando e abrindo outras possibilidades aos temas outrora dados como fechados. As mudanças na historiografia e no campo do patrimônio também nos levam a refletir sobre as mudanças no ensino de história e a ponderar sobre o papel do patrimônio no ensino de História.

Dentre essas diferentes perspectivas, evocamos Jacques Le Goff (2003) e a crítica do documento na concepção de documento-monumento: “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 2003, p. 535). A evidência documental é analisada como “resultado do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias”, como “uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem” e, desse modo, “qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo talvez sobretudo os falsos – e falso” (LE GOFF, 2003, p. 537). A concepção do documento-monumento alarga-se e abre variadas possibilidades de trabalho com a evidência documental, o que analisaremos a seguir.

A sessão Glossário do *site* traz verbetes sobre termos técnicos utilizados nos textos do banco de dados, por exemplo: fortificação, forte, fortim, trincheira, chapuz, enramada, maciço, paiol, palamenta, rapieira, entre outros. Na sessão Links encontramos *sites* relacionados a fortificações, como páginas da *Wikipedia*, páginas de portais turísticos ou de prefeituras, museus, Fundação Cultural do Exército e links para outros *sites* com acervos digitais, como o Centro de Documentação do Exército, Biblioteca Nacional brasileira, entre outros.

Por fim, a categoria Agenda noticia eventos relacionados às fortificações bem como programações culturais diversas, como exposições, palestras e congressos.

Possibilidades de uso das fontes

A partir das ponderações de Jacques Le Goff (2003), Dominique Poulot (2009), Walter Benjamin (2012) e Mario Chagas (2002) apontamos algumas possibilidades de uso para as fontes disponibilizadas no acervo digital do Banco de Dados Mundial Sobre Fortificações, a partir das expectativas vislumbradas pelo próprio Projeto de democratização do acesso ao conhecimento e de atender a públicos bastante diversos.

A preservação do patrimônio a partir da democratização do acesso ao conhecimento sobre as fortificações é um dos objetivos do Projeto Fortalezas Multimídia, de acordo com Toner (2007) – uma avaliação decorrente da experiência da Universidade Federal de Santa Catarina com o processo de patrimonialização das fortalezas catarinenses, e do próprio Toner, enquanto sujeito que participou deste processo, na qualidade de arquiteto e coordenador.

Além de ter acesso a verbetes sobre as fortificações com suas histórias, detalhes técnicos, arquitetônicos, bibliografia, documentos e outras fontes disponibilizadas, quem acessa o banco de dados, entra em diálogo com os significados mobilizados pelo seu idealizador com respeito ao patrimônio militar, fruto da sua experiência enquanto sujeito histórico. O sujeito frequentador do site pode reproduzir os sentidos próprios daquela experiência, como pode também construir novos sentidos a partir dos seus próprios percursos intelectuais e pessoais.

Le Goff aponta que é “preciso começar por demonstrar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção” do documento como verdade, ao “analisar as condições de produção dos documentos-monumentos” e, assim, “construir a crítica” do documento enquanto monumento (LE GOFF, 2003, p. 537-8).

Semelhantemente, Poulot (2009, p. 205) nos provoca a “questionar a produção e o consumo da própria evidência patrimonial, ao mesmo tempo imaginária e instituição”, isto “para além da crítica contra ficções sinceras ou invenções desonestas”, chama a nossa atenção também para as metamorfoses patrimoniais, para “o aspecto evolutivo da significação dos objetos”, para o sentido que nossos antepassados conferiram à sua

herança – e como nós lidamos com estes sentidos, hoje (POULOT, 2009, p. 238).

Walter Benjamin (2012), em suas teses sobre o conceito de História, nos conchama a tarefa de “escovar a História a contrapelo” para construção de uma História crítica. A análise crítica das evidências documentais, quanto às suas condições de produção e consumo para escrita da História, a desconstrução das narrativas resultadas desta simbiose, o questionamento de ideias consolidadas pelo paradigma historiográfico apontado por Wolff (2009), anteriormente descrito, é uma resposta a esse chamado.

Trata-se, portanto, de uma nova abordagem sobre as fontes que vise construir um conceito de história que corresponda à tradição dos oprimidos, que nos ensina que o Estado de exceção é a regra (BENJAMIN, 2012, p. 245) – o que implica em uma prática discursiva empática com os oprimidos em detrimento dos dominadores.

Nesse sentido, Mario Chagas (2002, p. 69) nos lembra que “onde há memória há poder e onde há poder há exercício de construção de memória”. Assim, o Banco de Dados Mundial Sobre Fortificações pode ser tomado como um dos “espaços celebrativos da memória do poder” ou utilizado como “equipamentos interessados em trabalhar com o poder da memória” (CHAGAS, 2002, p. 62), sendo a Educação Patrimonial um instrumento pedagógico fundamental para essa mediação.

A Educação Patrimonial é aqui compreendida como um “processo permanente e sistemático de trabalho educativo, que tem como ponto de partida e centro o Patrimônio Cultural”, por sua vez entendido como “todas as manifestações e expressões que a sociedade e os homens criam e que, ao longo dos anos, vão se acumulando com as das gerações anteriores” (GRUNBERG, 2007, p. 5). Essa relação com o patrimônio deve, portanto, ir além da inserção de bens culturais não consagrados e procurar dar novos sentidos ao patrimônio já consagrado, revisitando-o a partir de novas abordagens, novas questões e temas.

Nesse sentido, Pereira e Oriá (2012, p. 164) são críticos de um modelo de Educação Patrimonial “meramente instrumental”, que se “concentra na análise do objeto museológico em si, preterindo outras dimensões importantes do processo educativo, ou seja, os sujeitos da aprendizagem e que são, também, sujeitos

históricos”. Esses autores identificam que tal proposta de Educação Patrimonial é tributária de “um contexto histórico de lutas pela manutenção, conservação e registro de bens de natureza material, uma luta, digamos, contra a destruição dos registros históricos nacionais” (PEREIRA; ORIÁ, 2012, p. 164).

Pereira e Oriá (2012, p. 164-165) atentam que a transformação conceitual, teórica e prática nas abordagens educativas do patrimônio estão relacionadas com as transformações sociais, políticas, educacionais e culturais, resultando em “novos paradigmas para a preservação e para a educação”, gerando “concepções contrastantes, num diálogo tenso e criativo entre tradição e inovação”:

Adota-se, portanto, uma noção mais abrangente de Patrimônio Cultural e se rompe com a visão elitista que considerava apenas objeto de preservação cultural as manifestações de classes historicamente dominantes, incorporando, a partir de então, os registros e modos de expressar a cultura de diferentes grupos étnicos e sociais que contribuíram e contribuem para a formação da sociedade brasileira. No seio desta transformação também enuncia-se nova abordagem educativa do patrimônio, convocada pela dinamicidade e processualidade da cultura. (PEREIRA; ORIÁ, 2012, p. 166).

Assim, dispomos de diferentes propostas de educação para com o patrimônio, modelos que atendem às demandas e resultam em uma diversidade de abordagens e aproximações.

A metodologia de Educação Patrimonial proposta por Grunberg (2007) possui itens que podemos aproximar da proposta de funcionalidade do Banco de Dados Mundial Sobre Fortificações. Nesse sentido, a “análise do bem cultural”, como uma fortificação, “com discussões, questionamentos, avaliações, pesquisas” no acervo do Banco de Dados, é feita para desenvolver as “capacidades de análise e espírito crítico, interpretando as evidências e os significados”. Grunberg (2007) aponta que para a apropriação por meio de uma “atuação criativa”, visando valorizar o bem trabalhado com a “recriação do bem cultural, através de releitura” em outras linguagens, a observação, o pensamento lógico e intuitivo poderiam ser aprofundados com “descrições verbais ou escritas, gráficos, fotografias, maquetes, mapas” etc. Por

observação, entende-se “explorar o bem cultural ou tema observado, usando exercícios de percepção sensorial (visão, tato, olfato, paladar e audição) por meio de perguntas, experimentações, provas, medições, jogos de adivinhação e descoberta (detetive)”.

Em nossa leitura, esses quatro movimentos (Observação, Registro, Exploração e Apropriação) não são, necessariamente, seguidos como etapas. A experiência com essa metodologia fica à cargo do interesse do sujeito, a partir do contato com as fontes, tendo em vista a gama de público a quem o *site* se destina: “estudantes e professores de vários níveis de escolaridade”, “especialistas em fortificações, profissionais de arquitetura, arqueologia, história, cultura e turismo” e o “público em geral” (TONERA, 2010, p. 4). Essa perspectiva nos remete ao diálogo com Marcos Aurélio Tabora de Oliveira ao defender uma Educação dos Sentidos, pois:

A força das suas imagens permite pensar nos sentidos, nos sentimentos e nas sensibilidades como algo que remete à política, à economia, à cultura. Mas permite, também, remeter ao que existe de resquício da natureza na afirmação da nossa humanidade. Porém, sua lírica é, ainda, um indicativo poderoso de que as sensibilidades e os sentidos comportam uma ambivalência que pouco lembramos: podem significar dor, sacrifício, desprazer e desespero. (OLIVEIRA, 2009, p. 7).

Alguns exemplos: um guia de turismo ou alguém que pretende fazer uma viagem turística poderia acessar o banco de dados e procurar por fortificações da região que visitará (Bahia, por exemplo). A partir dessa “exploração” prévia, o guia ou o turista poderia elaborar um roteiro próprio, baseado nos seus interesses e na curiosidade despertada pelo que encontrou sobre um determinado monumento no banco de dados. Assim, esse sujeito poderá pensar a história como,

[...] um palco de ruínas, [...] como um amontoado de escombros calcinados e acumulados como restos sobre os quais o progresso e seus discursos legitimadores – à direita e à esquerda – nos querem fazer esquecer [...] Nesse quadro, reencontramos a educação dos sentidos e a formação como problemática e como experiência. (VAZ; MONN, 2009, p.160).

A bibliografia cadastrada pode orientar aqueles que se interessam pelo tema das fortificações e do

patrimônio militar, oferecendo uma gama de referências. Para quem já possui alguma experiência com o tema, há ainda a possibilidade de compartilhar referências que ainda não estão cadastradas no site, contribuindo, assim, para a socialização dos saberes.

Os documentos originais digitalizados, acessíveis digitalmente, oferecem aos pesquisadores a possibilidade de terem contato com as fontes sem que seja preciso deslocar-se até um arquivo em diferentes regiões do Brasil ou até no exterior, como Portugal, Espanha, Uruguai etc. Arquivos, fundações, casas de memória e instituições semelhantes também podem se beneficiar dessa ferramenta com a digitalização dos seus acervos, contribuindo também para a preservação física dos originais.

Professores dos diferentes níveis de ensino poderiam utilizar o banco de dados em suas aulas para trabalhar com seus alunos a noção de “Patrimônio Cultural como construção histórica e seletiva da memória de uma dada comunidade, em suas dimensões sensíveis, éticas e políticas” (PEREIRA; ORIÁ, 2012, p. 165) a partir das fortificações ou bibliografia cadastradas e disponibilizadas no *site*. Assim, pela funcionalidade da ferramenta em questão, bem como a natureza dos bens ali dedicados, constitui-se como ferramenta exemplar para abordagens interdisciplinares.

Através dessa mediação é possível superar a proposição educativa diagnosticada por Pereira e Oriá (2012, p. 168) como “voltada à compreensão do passado histórico (sem, necessariamente, vincular-se ao presente vivido), à heroicização das ações e sujeitos históricos, à compreensão do histórico como excepcional, raro e materialmente valioso”. Esses autores nos desafiam a construir uma Educação para o Patrimônio que vá além de “uma mera técnica de ensino” e que se constitua como “dimensão processual que sensibilize alunos, professores e comunidade escolar na construção de sua(s) memória(s)” (PEREIRA; ORIÁ, 2012, p. 162).

O público, ao se apropriar das fontes disponibilizadas pelo acervo a partir da consulta, pode construir novos conhecimentos a respeito das fortificações militares, bem como estabelecer novas relações com o patrimônio, criando, assim, novos sentidos e novos significados. Ao contribuir com o cadastro e/ou

publicação de novas fontes, abrem-se possibilidades de estabelecer redes de sociabilidade entre pesquisadores, instituições, estudantes e quem quer que possua algum tipo de interesse na área, estabelecendo pontes de diálogo e novas experiências entre os sujeitos.

Considerações finais

O Banco de Dados Mundial Sobre Fortificações, como o nome indica, intenta ser um acervo digital sobre fortificações de todo o mundo, tornando-se uma referência na área para pesquisadores do mundo inteiro. Nesse sentido, tem procurado o intercâmbio a partir de encontros com pesquisadores, técnicos, gestores e outros grupos ligados ao campo do patrimônio histórico e patrimônio militar em espaços do Comitê Internacional de Monumentos e Sítios (International Council on Monuments and Sites – Icomos) e do Comitê Científico Internacional de Fortificações e Patrimônio Militar (International Committee on Fortifications and Military Heritage – Icofort), sobretudo a partir de encontros do Seminário Regional de Cidades Fortificadas.

O Banco de Dados Mundial Sobre Fortificações abre diferentes possibilidades de usos voltados para a Educação Patrimonial e a partir dos seus objetivos e por ser uma ferramenta que promove o estudo, a pesquisa, a documentação, a sistematização e a difusão em meio digital de conteúdos sobre fortificações, promove, assim, a preservação e a valorização das fortificações históricas. A experiência dos sujeitos com o banco de dados pode empreender para além dos dados, abarcando a construção de novos valores acerca das fortificações, da História, da Arquitetura, do Patrimônio e demais áreas do conhecimento.

Notas

1 O sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina começou a ser formado em meados do século XVIII. Em 1739, José da Silva Paes, engenheiro militar, foi nomeado governador da então recém-criada capitania de Santa Catarina. Projetou as fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim, Santo Antonio de Ratonas, São José da Ponta Grossa e Nossa Senhora da Conceição da Barra do Sul. As fortalezas foram construídas entre 1739 e 1742 e, posteriormente, outras fortificações foram acrescentadas a esse sistema defensivo, totalizando quase 30 até início do século

XX. Atualmente, existem apenas sete: restauradas, as fortalezas de Anhatomirim, Ratonas, Ponta Grossa, o forte Santana e o forte Santa Barbara; em ruínas a fortaleza da Barra do Sul de Araçatuba e a bateria Marechal Moura (BANCO DE DADOS, 2015).

2 CONVÊNIO que fazem entre si o ministério da Marinha, a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN para utilização da Ilha de Anhatomirim, pertencente à Marinha do Brasil e localizada no município de Florianópolis, neste Estado. Florianópolis, novembro de 1979. Acervo do Iphan (Florianópolis), pasta 83.

3 Acervo do Iphan (Florianópolis), pasta 83, op. cit.

4 Acervo do Iphan (Florianópolis), pasta 83, op. cit.

5 MINISTÉRIO DA MARINHA. CONVÊNIO Nº 760/002/90. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 83.

Referências

BANCO de Dados Mundial Sobre Fortificações. Disponível em: <<http://fortalezas.org>>. Acesso em: out. 2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: História e Geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas, Volume 1: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

CHAGAS, Mario. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de Museologia**, Lisboa, v. 19, n. 19, p. 43-81, 2002.

CONVÊNIO que fazem entre si o ministério da Marinha, a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN para utilização da Ilha de Anhatomirim, pertencente à Marinha do Brasil e localizada no município de Florianópolis, neste Estado. Florianópolis, novembro de 1979. Acervo do Iphan (Florianópolis), pasta 83.

OLIVEIRA, Marcos Aurélio Taborda de. **Sentidos e Sensibilidades: sua educação na História**. Curitiba: Editora UFPR, 2009.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin**. São Paulo: Editora 34, 2014.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de Educação Patrimonial**. Brasília: IPAHN, 2007. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3837>>. Acesso em: out. 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MINISTÉRIO DA MARINHA. CONVÊNIO Nº 760/002/90. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 83.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Editora Liberdade, 2009.

TONERA, Roberto. Apresentação do Banco de Dados Mundial sobre Fortificações. In: **SEMINÁRIO Regional de Cidades Fortificadas**, 5, 2009, Montevideo.

TONERA, Roberto. Ampliação e Aperfeiçoamento do Banco de Dados Mundial sobre Fortificações: www.fortalezas.org. In: **SEMINÁRIO Regional de Cidades Fortificadas**, 6. **ENCONTRO Técnico de Gestores de Fortificações**. 2010, Florianópolis.

VAZ, Alexandre Fernandez; MONN, Caroline Machado. Memória, Cidade, Educação dos sentidos segundo Walter Benjamin. In: DE OLIVEIRA, Marcos Aurélio Taborda. **Sentidos e Sensibilidades: sua educação na História**. Curitiba: Editora UFPR, 2009, p. 149-163.

WOLFF, Cristina Scheibe. Historiografia catarinense: uma introdução ao debate. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 52-61, 2009. Disponível em: <<http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/428/148>>. Acesso em: jan. 2014.